

RUA CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS

Decreto nº 4196 de 10-01-1973, Artigo 1º, Inciso II
 Formada pelas ruas 10 e 13 do Jardim Campos Elíseos
 Início na avenida Marechal Juarez Tavora
 Término na avenida Marechal Juarez Tavora
 Jardim Campos Elíseos

Obs.: Decreto assinado pelo Prefeito Orestes Quércia.
 Protocolado nº 7944/72 em nome de U. P. Educação. O Conselheiro Antonio Carlos já foi homenageado através do decreto nº 6837 de 15-12-81 ao se denominar de Antonio Machado e Silva a rua 15 do Jardim Santa Eudóxia e rua 33 do Jardim Carlos Lourenço - 3a. parte.

CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva nasceu em Santos em 01-novembro-1773 e faleceu no Rio de Janeiro, em 05-dezembro-1845, sendo sepultado no mosteiro de São Bento da cidade onde faleceu. Era filho do coronel Bonifácio José de Andrada e Maria Bárbara da Silva. Formado em leis pela Universidade de Coimbra, foi nomeado Juiz de Fora de Santos, e mais tarde, promovido a Ouvidor da Comarca de Olinda, Pernambuco. Aí, foi acusado de tomar parte na revolução pernambucana para a independência, em 1817, sendo preso, enviado para o Rio, onde permaneceu encarcerado por mais de quatro anos, quando foi absolvido. Nomeado desembargador para a relação da Bahia, não chegou a tomar posse, por ter sido eleito deputado às cortes constituintes de Portugal, pela sua província natal. Distinguiu-se pela oratória, opondo-se aos deputados portugueses que pretendiam conservar o Brasil no estado de escravidão. Regressando ao Brasil foi eleito deputado à constituinte brasileira, cabendo-lhe como orador, simbolizar a reação nacional, que se erguia contra o absolutismo. Dissolvida a constituinte, Antonio Carlos foi deportado para a França com seus irmãos Martim Francisco e José Bonifácio. Voltando à Pátria, em 1828, foi preso, porém, absolvido em setembro desse ano. Em 1832, declinou de ser enviado como ministro extraordinário e plenipotenciário, a Londres. No ano seguinte, voltou à Europa, com o propósito de trazer de volta o ex-imperador D. Pedro I. De volta ao Brasil em 1835, três anos depois foi eleito deputado e em sessão de 21-julho-1840 propôs que o imperador, então menor, fosse declarado maior e assumisse o governo. Proclamada a maioria, foi nomeado Ministro do Império, cargo que exerceu em 1840 e 1841. Foi ainda eleito deputado pela Província de São Paulo nas legislaturas de 1842 e 1845 e, finalmente, eleito escolhido Senador do Império por Pernambuco. Foi agraciado por D. Pedro I com a grã-cruz da Ordem do Cruzeiro e por D. Pedro II, foi distinguido, em 1840, com as honras de gentilhomem da Imperial Câmara.

RUA CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS

DECRETO N.º 4.196, DE 10 DE JANEIRO DE 1.973.



Dá denominação a vias públicas da cidade de Campinas.

O Prefeito Municipal de Campinas, usando das atribuições que lhe confere o item XIX, do artigo 39 do Decreto-Lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1959

DECRETA:

Artigo 1.º — Ficam denominadas:

I — CONSELHEIRO MARTIN FRANCISCO (1775—1844) a rua 14 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na Avenida 2 e término na Avenida 1.

II — CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS (1773—1845) a rua formada pelas ruas 10 e 13 do Jardim Campos Elíseos, com início na Avenida 1 e término na mesma Avenida.

III — CONSELHEIRO JOSÉ CLEMENTE PEREIRA — (1787-1854) a rua 12 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na rua Luiz Liberman.

IV — SOROR JOANA ANGELICA DE JESUS — a rua 11 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na rua Luiz Liberman.

V — FREI CANECA (Joaquim do Amor Divino Caneca) — (1779-1825) a rua 9 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na avenida 1 e término na avenida 3.

VI — MANOEL DE CARVALHO PAES DE ANDRADE — (1778-1855) a rua 8 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na rua 20.

VII — CÔNEGO JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA — (1793-1846) a rua 7 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na avenida 1.

VIII — PADRE EMILIO MIOTTI (1894-1967) — SACERDOTE E EDUCADOR — a rua 11 do Jardim Garcia, 1.ª Gleba, que tem início na rua 20 e término na rua Castelnuovo.

IX — SYDELE DE CAMARGO ANDRADE (1904—1971) — CIDADÃO PRESTANTE — a rua 7 do Jardim Garcia, 2.ª gleba, que tem início na rua 15 e término na rua 17 do mesmo loteamento.

X — PASCHOAL CIOLFI (1905—1970). — CIDADÃO PRESTANTE — a rua 34 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 5 e término na avenida 2.

XI — JORGE WHITEMANN (1899-1972) MUSICISTA — a rua 6 do Jardim Garcia, 1.ª gleba, que tem início na rua 20 e término na rua Castelnuovo.

XII — FRANCISCO VIVALDI (1909-1972) — FUNCIONÁRIO EXEMPLAR — a praça delimitada pelas ruas Capistrano de Abreu, rua Serra do Piauí, rua Barretos e rua 6, todas situadas no loteamento Jardim Novo São José.

XIII — FRANCISCO FERREIRA PIRES (1813-1872) CIDADÃO PRESTANTE — a rua 31 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 34 e término na divisa do loteamento.

XIV — CILON TREFIGLIO (1910-1965) — CIDADÃO PRESTANTE — a rua 17 que tem início na avenida 1 e término na rua 3 do mesmo loteamento, no Jardim Campos Elíseos.

XV — MARIO RIBEIRO DO AMARAL (1920-1972) EXPEDIENTÁRIO — a rua 25 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 15 e término na divisa do loteamento.

XVI — ORESTES COLOMBARI (1886-1952) — ARTISTA PINTOR — a rua 15 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 41 e término na rua 3 do mesmo loteamento.

XVII — ERNESTO ALVES FILHO (1911-1972) — EDUCADOR EMERITO — a rua 15 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 5 e término na rua 3 do mesmo loteamento.

XVIII — DANILO GLAUCO PEREIRA VILLAGELIN — (1923-1972) — JORNALISTA — a rua 8 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na rua 20 do mesmo loteamento.

XIX — BENEDITO RODRIGUES GOUVEA — (1922-1972) JORNALISTA PRESTANTE — a rua 6 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na avenida do mesmo loteamento.

XX — DR. IRINEU DE OLIVEIRA LEME (1931-1972) CIDADÃO PRESTANTE — a rua 6 do bairro de São Bernardo, que tem início na rua Ceará e término na rua Espírito Santo.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 10 de janeiro de 1.973.

DR. ORESTES QUERACIA
PREFEITO MUNICIPAL
DR. JOÃO BAPTISTA MORANO
SECRETARIO DOS NEGÓCIOS JURIDICOS
Eng.º JULIO CESAR FILENDO
SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

(Denominação dada pelo Decreto 4.196 de 10-janeiro-1973)



Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva



Antonio C. R.
A. M. e Silva

No dia 5 de dezembro de 1845, faleceu no Rio de Janeiro o estadista Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, orador e parlamentar, nascido em Santos a 1.º de novembro de 1773. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi nomeado juiz de fora em Santos e promovido mais tarde a ouvidor da comarca de Olin-da, em Pernambuco. Em 1817, acusado de haver tomado parte na revolução pernambucana, foi preso e enviado ao Rio de Janeiro. Mais tarde, foi eleito deputado à Assembléia Constituinte. Dissolvida essa Assembléia, foi novamente preso e deportado, com seus irmãos José Bonifácio e Martim Francisco, para a Europa. De volta ao Brasil, foi eleito, varias vezes, deputado à Assembléia Geral Legislativa. Apresentou, na sessão de 21 de julho de 1841, uma proposta para que o imperador d. Pedro II, então menor, "fosse declarado maior e tomasse as redeas do governo", o que se realizou. Nomeado ministro e secretario de Estado dos Negocios do Imperio, exerceu esse cargo de 1840 a 1841, e em 1845 foi eleito senador pela provincia de Pernambuco, cargo que ocupou durante pouco tempo, pois faleceu nesse mesmo ano.